

ARANTES, OTÍLIA. UMA ESTRATÉGIA FATAL: A CULTURA NAS NOVAS GESTÕES URBANAS IN: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (ORG). A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO. PETRÓPOLIS: VOZES, 2000, (11-73P.)

Lidia SANTANA¹

O texto da filósofa Otília Arantes compreende uma análise crítica dos processos ideológicos que presidem aos movimentos de globalização em sua relação com o planejamento de cidades, tema amplamente explorado pela produção acadêmica no Brasil desde os anos 90. A erudição e a fluência argumentativa da autora sustentam um discurso competente que desfaz, de modo implacável, perspectivas construtivas que se possa ter diante de um mundo subsumido ao capital.

Dois eixos centrais se entrecruzam e se reforçam mutuamente no texto de Arantes: o primeiro se relaciona à identidade de substância do projeto moderno das vanguardas arquitetônicas com a modernização capitalista, daí a continuidade no pós-modernismo com “o formalismo do ciclo anterior”, em que os movimentos nesse plano resultariam de “reviravoltas niveladoras” tributárias da hegemonia global; o segundo centra-se na “mercadorização” da cidade através de “abordagens culturalistas” e políticas de *image-making* assimiladas nos projetos urbanos, com a conseqüente transformação da cidade em “mercadoria total” em que os variados encaminhamentos arquitetônicos e urbanísticos desde o modernismo não passariam de representações ideológicas das estratégias de dominação.

Partindo daí, a autora deslinda a “estratégia fatal” em torno da construção de um “pensamento único das cidades”, forjado pela simbiose entre “o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico” (p.67). Nessa direção, busca o “encadeamento objetivo” do chamado “culturalismo

empresarial” encarnado não apenas na ideologia dos planos estratégicos cuja matriz norte-americana teria se generalizado, mas, também, assimilado nos movimentos do urbanismo contemporâneo, e nos “Grandes Projetos” realizados mundo afora (p. 47-8).

O foco não se restringe, portanto, aos enclaves das metrópoles periféricas, ou às cidades genéricas e sem identidade dos EUA, as *edge cities*, locais de reprodução de tipologias urbanas e arquitetônicas que respondem às necessidades de comando da economia global, e em que se opera a negociação das condições materiais e simbólicas do capitalismo avançado. Trata-se de uma generalização quanto às intervenções urbanas que envolvem cidades européias como Paris, Lisboa, Barcelona, Londres e Berlim, e cidades dos Estados Unidos, especialmente Baltimore, tida como matriz da *tournant* cultural do capitalismo avançado.

Segundo a autora, as políticas de ocupação do território urbano sob a globalização determinam de modo generalizado a transfiguração do espaço em “cidade-negócio” capitaneada pelo “culturalismo de mercado”, ou seja, uma verdadeira “máquina de produzir riquezas” conforme Molotch e Logan (1976) precocemente diagnosticaram. Nesse processo, a adesão da população em torno dos “familiarizados” projetos de requalificação/revitalização urbana, então associados aos processos de *gentrificação*, expressaria o poder da “máquina ideológica” mediante expedientes do tipo “consensos cívicos” ou “coalizões urbanas pró-crescimento”.

Arquitetos e urbanistas se incluíam entre “o séquito de coadjuvantes” dessas coalizões e desempenhariam papel de “operadores-chave” da “máquina urbana de crescimento” no comando da criação da cidade-espetáculo; teóricos, como Fredric Jameson e Jürgen Habermas, para não falar dos catalães diretamente envolvidos com o planejamento estratégico de cidades, restariam seduzidos, cada um a seu modo, ao espectro de uma esquerda naturalmente assimilada ao *cultural turn*.

A análise sobre a continuidade entre modernismo e pós-modernismo no urbano mostra que a utopia modernista se esfuma na racionalidade funcionalista da linha de montagem fordista, do mesmo modo que as manifestações arquitetônicas no pós-moderno se subsumem na “mercadorização integral” da cidade. A diferença fundamental entre ambos estaria na ingenuidade dos modernos ao se imaginarem desprendidos da “dura verdade de sua funcionalidade sistêmica” de origem, enquanto os pós-modernistas não só legitimariam como invocariam a “cidade-empresa” (p.17). Em poucas palavras, poderia se dizer que de Corbusier a Koolhaas, nenhuma ruptura maior, apenas “a mesma e paradoxal animação urbana”.

Ao relacionar produção arquitetônica e modernização capitalista, opera a autora uma interpretação unilateral das análises marxistas que apresentam a substância do pós-moderno como a conversão do capital em totalidade, isto é, como a realização do moderno, no sentido oposto ao de ruptura ou mutação do

¹ Arquiteta, MSC em Análise Regional (UNIFACS), doutoranda em arquitetura e urbanismo (FAUFBA).

sistema, como insinua o conceito de 'sociedade pós-industrial'. A sobreposição linear desse pensamento ao campo do saber ou à esfera cultural tende a ver continuidade onde impera a diversidade, leva a produzir uniformizações onde tudo se multiplica. Assim é que, os movimentos arquitetônicos desde a segunda metade do século se reduzem, na dialética da autora, a uma condição estética homogeneizante, ou à mera representação ideológica da estrutura econômica.

Sabe-se que o capital sempre foi indiferente ao mundo concreto e múltiplo dos valores de uso, e que se participa desse mundo é na medida de sua própria valorização. De acordo com Fredric Jameson (1992), no nível econômico da globalização, a produção de meios de consumo se tornou um fenômeno cultural, o que não significa que o capitalismo tenha se tornado "uma forma cultural entre outras rivais", como traduz Arantes (p.47). Com percepção diversa à postulada pela autora acerca da dinâmica da relação entre a dimensão econômica e cultural, Jameson (ibid: 18) refere-se a uma "revolução cultural na escala do próprio modo de produção", compreendendo que a inter-relação do cultural com o econômico "não é uma via de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um círculo de realimentação".

Jameson (ibid: 31) percebe na 'lógica cultural do capitalismo avançado' mudanças substanciais na arquitetura pós-modernista, e releva sua maior proximidade "entre todas as artes" com o campo econômico através da relação da obra com o valor do solo. Nesses termos, os grandes investimentos em equipamentos culturais ou em preservação e restauração não se constituiriam como afirma a autora, "uma dimensão associada à cultura na condição de isca ou imagem publicitária", mas, os próprios equipamentos e edificações preservadas e restauradas constituiriam, simultaneamente, a dimensão cultural e econômica na estratégia de promoção da cidade.

Ao isolar a componente cultural do campo das complexas relações de

causas e efeitos que se estabelecem entre os processos materiais e ideológicos², "ao negar o caráter eficiente (e não apenas representativo) e intelectual (e não apenas ideológico ou pulsional) do discurso arquitetônico (...) Otilia nos lega um mundo governado por forças intransponíveis do capital (...)"³. O mundo irremediavelmente obscuro do *Urbanismo em fim de linha*.

Segundo Maricato (2001:61), o Planejamento Estratégico (PE) trouxe, ao mesmo tempo, "a perspectiva de um novo papel político e econômico" para as cidades, diante do "aumento do desemprego e das demandas sociais, da guerra fiscal e da diminuição dos recursos públicos nacionais, decorrentes dos cenários internacionais". Nessas condições, o crescimento da indústria do turismo propiciado pelo aumento da mobilidade, da renda e do tempo livre nas últimas décadas⁴, tem se mostrado uma alternativa recorrente nas políticas de desenvolvimento de países e regiões periféricas na busca de captação desses fluxos e sua conversão em divisas e em novos postos de trabalho, diante da escassez de opções.

O Planejamento Estratégico tem se destacado como um das alternativas de planejamento urbano após o descrédito do Plano Diretor centralizador e burocrático, sucedendo os projetos urbanos concebidos e conduzidos pelo setor privado na década de 1980. Trata-se de um estilo de planejamento que restabelece, assim, a relevância do poder público no desenvolvimento urbano em que, segundo Borja (1996:98), "o processo participativo é prioritário" para

sua concretização, que se dá mediante atuações públicas e privadas e a mobilização e cooperação dos atores sociais urbanos.

Um posicionamento adverso à formação de parcerias e ao estabelecimento de um ambiente dialógico entre Estado, mercado e sociedade civil como o explicitado pela autora, se contrapõe não apenas aos pressupostos do PE, mas a qualquer projeto propositivo voltado para a promoção de oportunidades locais, neutralizando iniciativas por novas formas de governabilidade urbana a partir das práticas sociais e espaciais⁵.

A ênfase na "pró-colonização urbano-cultural pelo reino da mercadoria" que norteia o discurso de Arantes, pode ser vista como um alerta, e mesmo como a lógica que move segmentos poderosos do capital, mas, sua materialização não se reduz a uma homogeneidade ideológica nem à universalização de seus mecanismos e resultados. A ausência desse foco deixa sem explicação os movimentos mais recentes pelo direito à cidade, e neutraliza a discussão da crise do sistema neoliberal na atualidade⁶, ao tempo em que nega a possibilidade de projetos urbanos socialmente necessários, remetendo qualquer perspectiva emancipacionista para além do capital.

O texto de Arantes reporta-se à positividade discursiva da crise da análise urbana da década de 1960, resumida de modo simplificado por Maricato (ibid: 48), como sendo a recusa de parte da esquerda intelectualizada em colaborar de modo propositivo, por considerar a inevitabilidade da manutenção ou repro-

² "Aos olhos do marxismo vulgar a superestrutura é uma consequência mecânica, causal, do desenvolvimento das forças produtivas. O método dialético não reconhece de fato relações desse tipo. A dialética nega que possa existir em alguma parte do mundo relações de causa-efeito puramente unilaterais; nos dados reais mais elementares reconhece complexas relações de causas e efeitos". LUKÁCS (1984).

³ Comentários de GUERRA (2003) sobre o livro da autora intitulado "Urbanismo em fim de linha", publicado em 1999.

⁴ O aumento da renda coloca-se aí de um ponto de vista absoluto no caso dos países periféricos, reduzindo-se crescentemente de um ponto de vista relacional-sincrônico com relação à renda das classes e países dominantes.

⁵ Um exemplo disso seria a inviabilidade de implementação das Operações Urbanas Consorciadas como previsto no Estatuto da Cidade.

⁶ Segundo Harvey (2003), a crise do neoliberalismo se coloca como resposta contraditória de suas próprias sociedades, na tentativa de tornar a cidade cada vez mais livre das amarras políticas e do capitalismo financeiro. Considera, ainda, que é no plano das relações sociais é nas cidades que as transformações necessárias podem acontecer.

dução do *staus quo* diante da “impossibilidade do planejamento democrático e igualitário”. Esse tema que se reproduz sob diferentes enunciados, obriga a releitura da obra de Henri Lefébvre e do conceito de hegemonia e das estruturas que lhe dão sustentação, na perspectiva de sua superação para que a emancipação possa voltar a fazer parte da dinâmica histórica.

Mas, além disso, o texto clama por uma maior afeição pela arquitetura

que se torna aos olhos da autora, apenas um instrumento bastardo de reprodução da dominação.

Referências

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e Latino-Americana. In: FISCHER, Tânia (org). *Gestão contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUERRA, Abílio. *O véu e a mortalha*. 2003. Disponível em www.vitruvius.com.br, acesso em 31/05/2006.

HARVEY, David. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JAMESON, Fredric. *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*. London: E & FN Spon, 1992.

LUKÁCS, Georg. *Beitrage zur Geschichte der Aesthetik*, 1954. Apud PATTETA, Luciano. *História de la arquitectura: antologia critica*. Madrid: Hermann Blume, 1984. p. 26-27.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

Área de concentração

- A dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento